

# ISTOÉ Dinheiro



**N**a segunda-feira 19, os termômetros marcaram 36,5 graus em São Paulo e 37,1 grau no Rio de Janeiro. Foi o dia mais quente deste verão na capital paulista, e as altas temperaturas, aliadas à falta de chuvas, também castigaram os moradores de boa parte das regiões Sudeste e Centro-Oeste. O consumo nacional de energia elétrica ficou apenas 1,15% abaixo do recorde histórico, registrado em fevereiro do ano passado. A demanda só não foi maior porque uma parte do sistema interligado foi desativada, por um período de 50 minutos, para poupar energia e evitar um colapso de consequências imprevisíveis. Uma falha na linha de transmissão de Gurupi, em Tocantins, reduziu a oferta de eletricidade enviada do Norte e Nordeste para o Sudeste. O resultado foi um apagão em 12 unidades da Federação, e a concretização de um temor que rondava o País

desde que se confirmou que a escassez de chuvas poderia continuar neste ano. Isso só acontece porque, há alguns anos, a demanda de energia tem crescido mais do que a oferta, reduzindo a folga na capacidade instalada. Sem folga, qualquer “falha técnica” resulta em queda de fornecimento. Em linguagem clara: houve racionamento.

O governo, no entanto, não admite falar em apagão. Para as autoridades, o desligamento foi programado. “Não é apagão, é corte seletivo de carga para evitar um mal maior”, afirmou Hermes Chipp, diretor-geral do Operador Nacional do Sistema (ONS). Para o usuário, no entanto, faltou energia. Pessoas



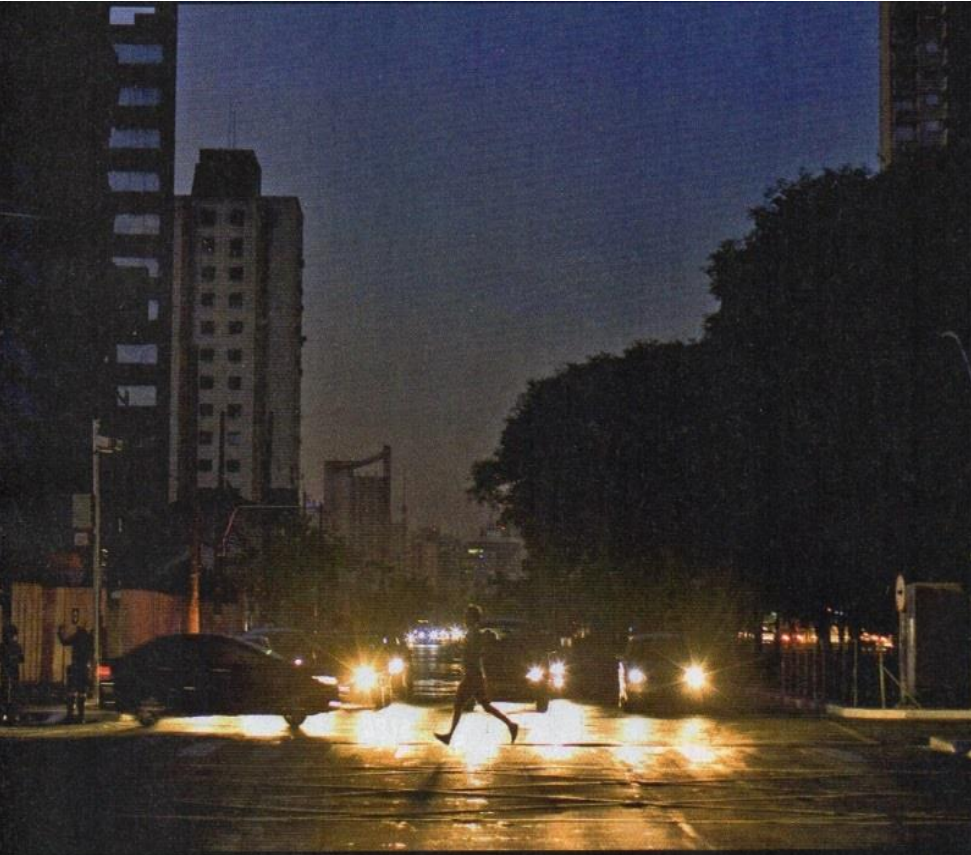
*“Em última instância, acionaremos fábricas do México e dos EUA, para suprir as necessidades daqui”*

**MARCOS BARROS,**  
da Dixie Toga

ficaram presas no elevador. No metrô de São Paulo, centenas tiveram de andar pelos corredores até as estações.

Após a falha, o novo ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, esforçou-se para sustentar a tese de que não há risco de faltar energia, recorrendo até à fé. “Deus é brasileiro”, disse o ministro. “Temos de contar que Ele vá trazer um pouco de chuva.” Detalhe: em uma de suas reuniões, na semana passada, Braga levou um susto quando a luz piscou e deixou a sala no escuro por alguns segundos.

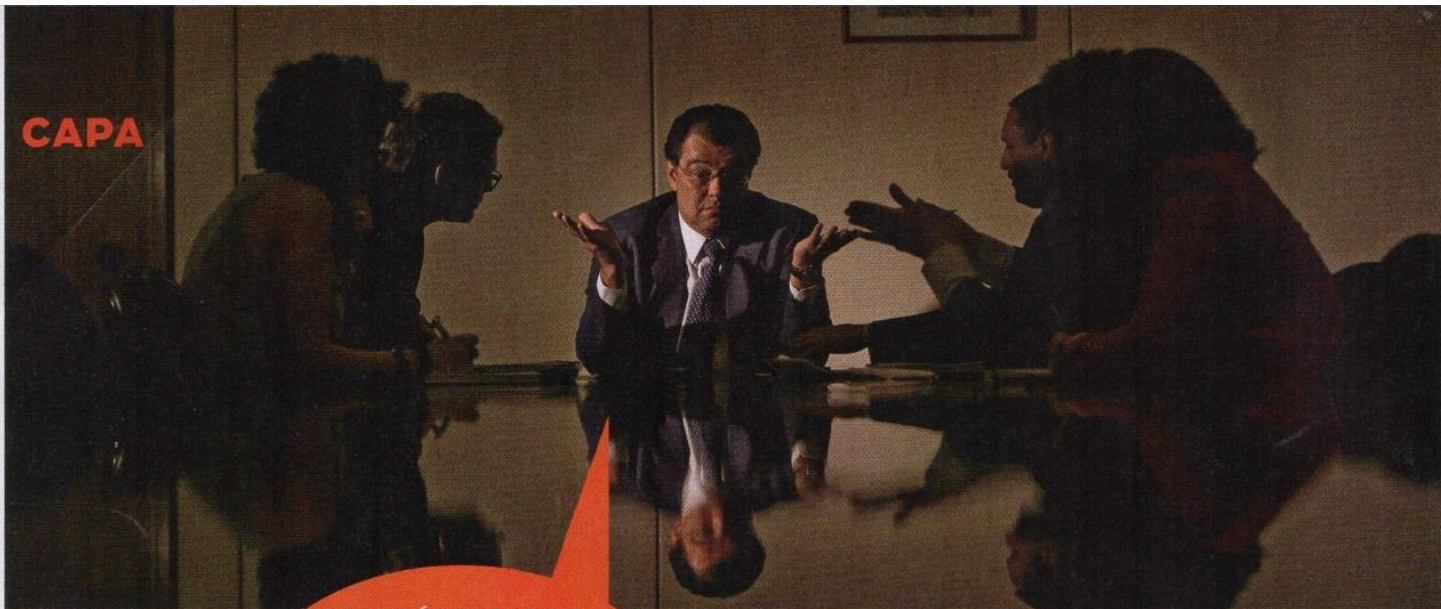
“Essa intercorrência foi um escurinho do cinema”, brincou. Na quinta-feira 22, o ministro voltou a público para admitir



**NO ESCURO:** queda nos reservatórios das usinas aumenta o risco de novos apagões, como os que afetaram as capitais brasileiras em 2010

a possibilidade de um racionamento, caso os reservatórios cheguem a 10%. “Mantido o nível que temos hoje, temos energia para abastecer o Brasil. É óbvio que, se passarmos do limite prudencial de 10%, aí estaremos diante de um cenário que nunca foi previsto.” Na semana passada, as represas da região Sudeste e Centro-Oeste armazenavam apenas 17,63% da capacidade total. Em janeiro de 2014, o nível estava em 40,28%.

Braga, engenheiro eletricista de 54 anos que nasceu no Pará e fez a vida política no Amazonas, é senador eleito pelo PMDB e assumiu o cargo há menos de um mês. Ele não pode ser responsabilizado pessoalmente pela fragilidade do sistema brasileiro. Mas o governo, sim. Sua chefe, a presidenta Dilma Rousseff, começou sua carreira no governo federal justamente como ministra de Minas e Energia, em 2003. Em 2013, confiante de que o voluntarismo pode superar todas as regras, do mercado e do bom



“DEUS É BRASILEIRO. TEMOS DE CONTAR QUE ELE VÁ TRAZER UM POUCO DE UMIDADE E CHUVA”

EDUARDO BRAGA,  
ministro de Minas e Energia

senso, forçou as empresas do setor a aceitar uma redução na tarifa e fez populismo com a queda na conta de luz. A redução teve vida curta. No ano passado a tarifa subiu em média 17%, mas a intervenção da presidenta provocou uma desorganização no setor, que cobrou sua conta quando a escassez de chuvas no Sudeste obrigou o uso das termoeletricas, mais caras e poluentes do que as usinas hidrelétricas.

As tarifas mais altas de energia já estão sendo incorporadas ao cálculo de custos das empresas para este ano. Em 2014, o Tesouro cobriu uma parte do rombo das distribuidoras, que tiveram de comprar energia mais cara para atender os seus clientes. Agora, o governo já decidiu que não vai assumir a conta, que será repassada à tarifa. Economistas calculam uma alta entre 31% e 35% aos consumidores residenciais neste ano, a depender das chuvas. Para o setor produtivo, o custo pode ser maior.

porque deixava de ser econômico produzir com o custo atual”, diz Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. Para alguns analistas, a restrição no fornecimento pode levar o País à recessão.

Além do preço, o apagão da semana passada trouxe para as empresas a insegurança sobre o fornecimento de energia. Para a produção industrial, as consequências podem ser graves. “Na indústria química, se a energia cai de maneira inesperada, ainda que ela volte minutos depois, toda a produção que estava nas máquinas é perdida”, diz Fernando Figueiredo, presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). Como a maior parte das empresas do setor está localizada no Nordeste, elas não foram afetadas pela falha da semana passada, mas

“Com a escassez e os preços muito altos, vimos indústrias diminuindo ou interrompendo sua produção

temem a repetição do problema. O ideal, na avaliação de Figueiredo, teria sido que as empresas fossem avisadas com antecedência, para que pudessem parar as plantas antes da falha. “Até apagão precisa ser planejado”, diz.

**PLANO B** Em muitas companhias, as discussões sobre o “plano B” já fazem parte da rotina. A Dixie Toga, fabricante de embalagens com unidades em vários Estados brasileiros, criou um grupo para monitorar a crise hídrica e energética, diariamente, e apresentar alternativas, caso o cenário de redução da oferta se concretize. **“Em última instância, conseguiríamos acionar fábricas de outros países, como México e Estados Unidos, para suprir as necessidades daqui”, diz Marcos Antonio de Barros, diretor financeiro da Dixie Toga, na América Latina.** A empresa já aumentou seus estoques de segurança, e tem sido procurada pelos principais clientes para saber o que poderá ocorrer, caso a crise se



## ENERGIA ATRASADA

Algumas das obras que poderiam dar mais segurança ao sistema elétrico estão atrasadas

### USINA DE BELO MONTE

Deveria começar a produzir neste ano, mas a última fiscalização apontou atrasos de 8 a 12 meses

### USINA DE JIRAU

Das 38 turbinas, apenas 18 já estão gerando energia. Obras têm atrasos que variam de seis meses a dois anos

### LINHA DE TRANSMISSÃO DE TELES PIRES

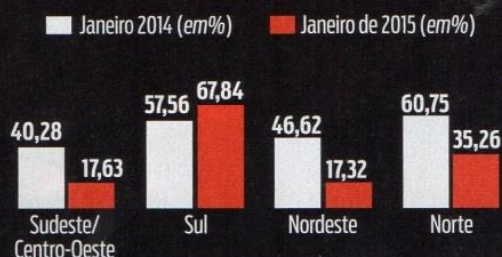
Usina começa a gerar energia em abril deste ano, mas a linha de transmissão só deve ficar pronta três meses depois

### USINA DE SANTO ANTÔNIO

A usina já está operando, mas sua expansão está atrasada entre 8 e 11 meses

## RESERVATÓRIO BAIXO

Nível de água nas principais represas caiu muito em comparação com o ano passado



Na segunda-feira 19, os termômetros marcaram 36,5 graus em São Paulo e 37,1 graus no Rio de Janeiro. Foi o dia mais quente deste verão na capital paulista, e as altas temperaturas, aliadas à falta de chuvas, também castigaram os moradores de boa parte das regiões Sudeste e Centro-Oeste. O consumo nacional de energia elétrica ficou apenas 1,15% abaixo do recorde histórico, registrado em fevereiro do ano passado. A demanda só não foi maior porque uma parte do sistema interligado foi desativada, por um período de 50 minutos, para poupar energia e evitar um colapso de consequências imprevisíveis.

Uma falha na linha de transmissão de Gurupi, em Tocantins, reduziu a oferta de eletricidade enviada do Norte e Nordeste para o Sudeste. O resultado foi um apagão em 12 unidades da Federação, e a concretização de um temor que rondava o País desde que se confirmou que a escassez de chuvas poderia continuar neste ano. Isso só acontece porque, há alguns anos, a demanda de energia tem crescido mais do que a oferta, reduzindo a folga na capacidade instalada. Sem folga, qualquer "falha técnica" resulta em queda de fornecimento. Em linguagem clara: houve racionamento.

O governo, no entanto, não admite falar em apagão. Para as autoridades, o desligamento foi programado. "Não é apagão, é corte seletivo de carga para evitar um mal maior", afirmou Hermes Chipp, diretor-geral do Operador Nacional do Sistema (ONS). Para o usuário, no entanto, faltou energia. Pessoas ficaram presas no elevador. No metrô de São Paulo, centenas tiveram de andar pelos corredores até as estações. Após a falha, o novo ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, esforçou-se para sustentar a tese de que não há risco de faltar energia, recorrendo até à fé.

"Deus é brasileiro", disse o ministro. "Temos de contar que Ele vá trazer um pouco de chuva." Detalhe: em uma de suas reuniões, na semana passada, Braga levou um susto quando a luz piscou e deixou a sala no escuro por alguns segundos. "Essa intercorrência foi um escurinho do cinema", brincou. Na quinta-feira 22, o ministro voltou a público para admitir a possibilidade de um racionamento, caso os reservatórios cheguem a 10%. "Mantido o nível que temos hoje, temos energia para abastecer o Brasil. É óbvio que, se passarmos do limite prudencial de 10%, aí estaremos diante de um cenário que nunca foi previsto."

Na semana passada, as represas da região Sudeste e Centro-Oeste armazenavam apenas 17,63% da capacidade total. Em janeiro de 2014, o nível estava em 40,28%. Braga, engenheiro eletricista de 54 anos que nasceu no Pará e fez a vida política no Amazonas, é senador eleito pelo PMDB e assumiu o cargo há menos de um mês. Ele não pode ser responsabilizado pessoalmente pela fragilidade do sistema brasileiro. Mas o governo, sim. Sua chefe, a presidenta Dilma Rousseff, começou sua carreira no governo federal justamente como ministra de Minas e Energia, em 2003.

Em 2013, confiante de que o voluntarismo pode superar todas as regras, do mercado e do bom senso, forçou as empresas do setor a aceitar uma redução na tarifa e fez populismo com a queda na conta de luz. A redução teve vida curta. No ano passado a tarifa subiu em média 17%, mas a intervenção da presidenta provocou uma desorganização no setor, que cobrou sua conta quando a escassez de chuvas no Sudeste obrigou o uso das termoelétricas, mais caras e poluentes do que as usinas hidrelétricas. As tarifas mais altas de energia já estão sendo incorporadas ao cálculo de custos das empresas para este ano. Em 2014, o Tesouro cobriu uma parte do rombo das distribuidoras, que tiveram de comprar energia mais cara para atender os seus clientes.

Agora, o governo já decidiu que não vai assumir a conta, que será repassada à tarifa. Economistas calculam uma alta entre 31% e 35% aos consumidores residenciais neste ano, a depender das chuvas. Para o setor produtivo, o custo

pode ser maior. "Com a escassez e os preços muito altos, vimos indústrias diminuindo ou interrompendo sua produção porque deixava de ser econômico produzir com o custo atual", diz **Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil**. Para alguns analistas, a restrição no fornecimento pode levar o País à recessão. Além do preço, o apagão da semana passada trouxe para as empresas a insegurança sobre o fornecimento de energia. Para a produção industrial, as consequências podem ser graves.

"Na indústria química, se a energia cai de maneira inesperada, ainda que ela volte minutos depois, toda a produção que estava nas máquinas é perdida", diz Fernando Figueiredo, presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). Como a maior parte das empresas do setor está localizada no Nordeste, elas não foram afetadas pela falha da semana passada, mas temem a repetição do problema. O ideal, na avaliação de Figueiredo, teria sido que as empresas fossem avisadas com antecedência, para que pudessem parar as plantas antes da falha. "Até apagão precisa ser planejado", diz.

**PLANO B** Em muitas companhias, as discussões sobre o "plano B" já fazem parte da rotina. A Dixie Toga, fabricante de embalagens com unidades em vários Estados brasileiros, criou um grupo para monitorar a crise hídrica e energética, diariamente, e apresentar alternativas, caso o cenário de redução da oferta se concretize. "Em última instância, conseguiríamos acionar fábricas de outros países, como México e Estados Unidos, para suprir as necessidades daqui", diz Marcos Antonio de Barros, diretor-financeiro da Dixie Toga, na América Latina.

A empresa já aumentou seus estoques de segurança, e tem sido procurada pelos principais clientes para saber o que poderá ocorrer, caso a crise se acentue. "Estamos dividindo o custo do estoque com nossos clientes, a partir de negociações", diz o executivo. A Whirpool se preparou em duas frentes: reduzindo o consumo de seus produtos e utilizando painéis solares nas unidades industriais. "Tudo foi pensado para enfrentar uma eventual crise energética e para reduzir custos", diz o diretor-comercial, Paulo Miri. Com os reservatórios das principais usinas muito abaixo dos níveis registrados no ano passado, nesta época, não restou alternativas às autoridades senão reconhecer que o momento é preocupante.

"Temos uma situação bastante desconfortável", diz José Jurhosa, diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). "É uma época em que os reservatórios deveriam estar enchendo, mas ainda temos um período úmido até abril." Alexei Vivan, presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), também confia nas chuvas para evitar o apagão. "Se não chegarmos a 30% de capacidade dos reservatórios até abril, temos risco de racionamento", diz.

**ABASTECIMENTO** A falta de chuvas não afeta apenas a geração de energia, mas também o fornecimento de água. A capital e várias cidades do Estado de São Paulo sofrem com o corte de fornecimento, o que levou o governador Geraldo Alckmin e a Sabesp, a companhia de saneamento estatal, a finalmente admitirem um eventual racionamento, caso não melhorem os níveis dos reservatórios. O Estado estuda medidas adicionais para diminuir o consumo, tais como uma nova elevação na tarifa e adoção de um limite menor para a sobretaxa de quem exceder o consumo.

O governo paulista deve restringir ainda a captação para a agricultura, o que deve afetar ao menos três mil produtores rurais e cerca de 50% da oferta de hortifrúteis paulista. A situação é grave também em outros Estados. Na quinta-feira 22, a represa de Paraibuna, o maior reservatório carioca, chegou ao limite e entrará agora no chamado volume morto. A usina hidrelétrica ali existente foi desligada. A capital mineira estuda adotar racionamento, caso não consiga uma queda de 30% com uma campanha educativa.

Para evitar novas interrupções de energia, especialmente no período da seca no Sudeste, o ONS reforçou a carga que alimenta a região, com mais energia de Itaipu e de Angra 1. Usinas termoelétricas da Petrobras, paradas para manutenção, devem retornar ao sistema em fevereiro, colocando mais 1,5 mil MW na rede. O governo recorreu até a um expediente inusitado: importou eletricidade da Argentina graças a um acordo de 2006 que prevê o intercâmbio em caso de necessidade. Em geral, o Brasil exporta energia para a Argentina. A última vez que importou foi em 2010. Enquanto um racionamento pode ajudar numa emergência, a solução definitiva, no entanto, é o aumento da capacidade instalada, com maior diversificação de fontes.

Isso já está sendo feito, com concessões de parques eólicos e de energia solar. Mas o ritmo das obras de ampliação do parque gerador e de transmissão deixa a desejar. Um relatório feito pelo ONS para o período 2015-2017 mostra que, das 310 obras de ampliações e reforços propostas no documento, 104 já haviam sido incluídas nos planejamentos anteriores, mas ainda não foram concedidas. Usinas grandes, como Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, estão atrasadas (leia quadro na pág. 28). Como se vê, a falta de gestão e a tentativa de esconder os problemas no período eleitoral agravaram o problema, deixando o futuro da economia na completa escuridão.

### O drama da indústria têxtil

A indústria têxtil eliminou 20 mil empregos, no ano passado, e prevê mais quatro mil cortes em 2015. O setor, portanto, demitiu mais do que as montadoras, que tiveram saldo negativo de 12,4 mil postos de trabalho em 2014 – a conta não inclui o efeito cascata na indústria de autopeças. A escassez de água e de energia, a alta dos juros e a desaceleração do consumo embasam a previsão de nova queda no estoque de mão de obra na cadeia de roupas e artefatos de tecidos. “A cada dia nasce um esqueleto novo no armário”, afirma Rafael Cervone, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit). “Há muito tempo não via um ano tão difícil de se prever.”

Uma das principais preocupações do setor é o tamanho do ajuste fiscal promovido pela equipe do ministro Joaquim Levy. Além da já anunciada elevação de impostos, há um temor de uma eventual reversão da desoneração da folha de pagamentos, conquistada no primeiro mandato de Dilma Rousseff – a medida representou uma renúncia total do governo de cerca de R\$ 13 bilhões, em 2013. Por ora, a previsão geral da indústria têxtil é de andar de lado em 2015 (aumento irrelevante em vendas, produção e alguma melhora na exportação – acompanhado, porém, de avanço nas importações). Mas o cenário pode piorar a qualquer momento, admitem os empresários do setor, que cortaram os investimentos em 30% no ano passado, sem perspectivas de retomada para os níveis históricos.